
Cristiane Jacon
Luana Duda

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA ATRAVÉS
DA RECREAÇÃO

Ponta Grossa-PR
2009

Cristiane Jacon
Luana Duda

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA ATRAVÉS
DA RECREAÇÃO

Monografia apresentada à coordenação do Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação – ESAP/Faculdades Integradas do Vale do Ivaí, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação e Gestão Ambiental.

Orientador: Profa. Dra. Márcia da Silva

Ponta Grossa-PR
2009

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a nossas famílias que estiveram ao nosso lado sempre nos dando incentivo e coragem para chegarmos até aqui. Aos nossos cúmplices e amigos de todas as horas: Henrique Daniel Leobet Junior noivo da Cris e Lucas Ribas namorado da Lu que em muitos momentos sentiram nossa ausência em função dos estudos e nos apoiaram nos acompanhando e auxiliando em nossa pesquisa, nos dando força para enfrentarmos qualquer desafio, amamos vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a DEUS, nosso pai maior, que nos concedeu à vida e as possibilidades de fazer coisas importantes pelo nosso próximo e pelo planeta TERRA.

Agradecemos por termos coragem e confiança em nos mesmas para lutar sempre e até o fim em busca de nossos objetivos, mesmo que muitas vezes os caminhos sejam tortuosos e difíceis, mas compensadores..

Agradecemos profundamente ao Gerente do Parque Estadual do Guartelá Cristovam Sabino Queiroz, que nos amparou e apoiou no decorrer de nossa pesquisa mostrando sempre interesse e esforço em nos ajudar.

Enfim agradecemos a todos pela colaboração, compreensão e estímulo que nos ofereceram.
NOSSO MUITO OBRIGADA!

“Há quem diga que todas as noites são de sonhos.
Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão.
Mas no fundo isso não tem muita importância.
O que interessa mesmo não são as noites em si, são os sonhos.
Sonhos que o homem sonha sempre.
Em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou
acordado.”
(Shakespeare)

“Ensinar é um exercício de imortalidade.
De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos
aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra.
O professor assim, não morre jamais.”
(Rubens Alves)

RESUMO

Desde o surgimento dos movimentos ambientalistas a Educação Ambiental vem sendo considerada um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável, da consciência ambiental e da ética. Neste contexto, a justificativa para este estudo se dá pela importância da Educação Ambiental nas escolas e em projetos como o que executamos afim de levar a todos maior conhecimento e interesse pelas praticas ligadas ao cuidado com o meio ambiente, pois se acredita que a mesma seja a resposta, no âmbito da educação, aos desafios ambientais atuais. Este projeto realizado no Parque Estadual do Guartelá teve por objetivo avaliar o conhecimento dos cidadãos em educação ambiental através de atividades recreativas, por meio de gincana e questionário para avaliação dos participantes em relação a satisfação dos mesmos para com a forma de ensino, da brincadeira e se consideram interessante a implantação em outras unidades de conservação. Foi também priorizada nesta nova forma de ensino-aprendizagem, maior conhecimento sobre a fauna, a flora, questões geográficas e históricas da Unidade de Conservação do Parque Estadual do Guartelá. Pretende-se que a partir desta inovação novos conceitos surjam sobre maneira recreativa de se ensinar educação ambiental. Ao analisar os dados obtidos pela pesquisa notamos o envolvimento positivo que todos obtiveram pela prática da recreação aplicada.

Palavras-chave: Educação ambiental, aprendizagem, recreação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
1.1. Unidade de conservação: Parque Estadual Do Guartelá	11
1.2. Educação Ambiental no Mundo	11
1.3. Educação Ambiental no Brasil	17
1.4. Educação Ambiental e Recreação	20
2. GINCANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
2.1. Procedimentos metodológicos	23
2.2. Resultados e discussões	23
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
5. ANEXOS	31

INTRODUÇÃO

O meio ambiente consiste nas inter-relações que existem entre o meio vivo e não vivo, meio ambiente na sua amplitude se refere não somente a questão ecológica e natural mas a todo tipo de ambiente existente no universo.

Não existiria vida se não houvesse o meio não vivo como a água, terra, ar atmosférico entre outros, na natureza uma coisa depende da outra, nenhum ser vive sozinho, são necessárias relações específicas para a sobrevivência de toda estrutura planetária.

A educação ambiental não deve apenas preocupar-se somente com a aquisição de conhecimentos científicos ou com campanhas utópicas de proteção ao meio ambiente, deve sim, propiciar um processo de mudança de comportamento e aquisição de novos valores e conceitos convergentes a necessidade do mundo atual e suas relações com as questões sociais, econômicas, culturais ou ecológicas.

Com a globalização aumentamos a responsabilidade com a proteção e melhorias ao meio ambiente, pois precisamos cuidar do mesmo para nos manter vivos.

Segundo conclusões da Rio-92, chamado “Nosso futuro comum”, constatou-se que alguns consomem muito, isto é, consomem os recursos naturais disponíveis a um tal ritmo que provavelmente pouco sobrarão às gerações futuras. Outros, em número muito maior, consomem pouco e vivem com a fome, miséria, doenças e morte prematura. A fome tem sido um parâmetro para o controle do número de espécie humana sobre a terra (controle biológico). A problemática ambiental assume um papel de relevância social em proporções cada vez mais alarmantes e nocivas à qualidade de vida de uma população, surgem as discussões, conscientização, mobilizações para atuar, de forma participativa e comprometida em defesa do ambiente natural e do meio social, bem como, e fundamentalmente, da relação do homem com o homem. Sentir-se parte integrante do meio natural, necessitando viver em equilíbrio e respeito com o mesmo, e ao mesmo tempo ser social, atuante, sujeito de sua própria história, é necessária a prática e a construção da

cidadania solidária e globalizada, assumindo o direcionamento de sua própria vida e suas escolhas.

Visamos com a educação ambiental através da recreação despertar maior interesse dos turistas para com a unidade de conservação e o meio ambiente, com isso refletirem sobre o grau de seus conhecimentos em relação a questão ambiental.

A implantação de ações educativas em uma unidade de conservação supõe o desafio de superar a idéia de ambiente reduzido apenas a ecologia, e fazer com que o visitante perceba que o ambiente envolve a complexidade do mundo e que “é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza, através das relações de poder que têm sido inscritas nas formas dominantes do conhecimento” (Leff, 2004). Com isso aguçaremos a vontade do visitante de saber cada vez mais sobre a natureza que o cerca.

O Educador Ambiental é de suma importância para motivar os educandos a aprimorarem os conhecimentos para participarem na ação da construção da cidadania. Ela ajuda a perceber a crise ambiental como a falta de ética e de respeito aos valores e identificar os principais problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas; ajuda a descobrir as causas dos problemas; ajuda a encontrar soluções alternativas e lidar de forma inteligente através dos diversos mecanismos de participação comunitária.

Então, com uma reflexão crítica e direcionada das questões que permeiam as questões sociais ambientais existentes, vimos a necessidade de iniciar um trabalho em uma unidade de conservação sendo esta no Parque Estadual Do Guartelá com o tema educação ambiental em unidade de conservação uma nova perspectiva através da recreação.

Este trabalho teve como objetivos enriquecer o conhecimento dos frequentadores aumentando à interação homem-ambiente, através de práticas recreativas aliadas a educação ambiental. Através de métodos recreativos aplicar a educação ambiental, de forma com que todos possam participar, ampliar os conhecimentos dos participantes utilizando vários temas ambientais. Realizar de forma voluntaria a avaliação da atividade realizada, obtendo informações sobre o novo método de ensino-aprendizagem.

No capítulo 1 abordou-se o tema educação ambiental em unidade de conservação que tem como objetivo assegurar a preservação de toda fauna e flora do parque, também abordou-se a educação ambiental no mundo através de processo dinâmico integrativo, educação transformadora, participativa, abrangente, globalizadora, permanente, contextualizadora e transversal. Ainda no capítulo 1, ressaltando sobre a agenda 21 que tem como objetivo garantir o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida no século XXI. Educação ambiental no Brasil que prevê a inclusão da educação ambiental entre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º grau. Educação ambiental e recreação que consiste em trabalhar de forma lúdica e prazerosa a educação ambiental.

No capítulo 2 destacamos os procedimentos metodológicos utilizados para execução do trabalho que foi elaborado em uma unidade de conservação, aplicando-se de forma recreativa a educação ambiental. Nos resultados e discussões constatamos em números e porcentagens os resultados obtidos com a aplicação do projeto e também questionário.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: Parque Estadual Do Guartelá

A unidade de conservação é uma área de proteção ambiental.

As unidades de conservação (UCs) são legalmente instituídas pelo poder público, nas suas três esferas (municipal, estadual e federal). Elas são reguladas pela Lei nº. 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Estão divididas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável.

O Parque Estadual do Guartelá foi criado através do Decreto 1.229 de 27 de março de 1992 e implantado em 1997, protege uma área de rico patrimônio natural e arqueológico da região do canyon do Rio Iapó.

Tem como objetivos de criação assegurar a preservação dos ecossistemas típicos da região; dos locais de excepcional beleza cênica, como canyons e cachoeiras; do patrimônio espeleológico, arqueológico e pré-histórico, em especial as pinturas rupestres; de fontes, nascentes e espécies de fauna e flora nativas; além de ordenar o crescente fluxo turístico à área. Em seus 798,97 hectares encontra-se uma biodiversidade própria dos campos gerais, região denominada no passado pelo naturalista francês Saint-Hilaire de “paraíso terrestre do Brasil”. Espécies como o logo-guará, a jaguatirica, o veado, o gavião-pombo e a capivara podem ser observadas na área do Parque. Há na área ainda atrações como a cachoeira da Ponte de Pedra, com aproximadamente 180 metros de altura, e o Córrego Pedregulho, que forma cascatas e “banheiras” naturais. Ao chegar em ao Parque os visitantes são orientados, por meio de palestras e projeção de um vídeo, sobre as trilhas e atividades possíveis de se desenvolver na unidade.

1.2- Educação Ambiental no Mundo

Em 1972 foi realizada na cidade de Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que se constituiu no marco histórico na busca de soluções para os problemas

ambientais, sendo criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os representantes dos 113 países reunidos assinaram uma declaração cujo artigo 19 afirma:

“É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens, como os adultos, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana” (BRASIL, 2001).

Em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, no ano de 1975, em Belgrado, na Iugoslávia, foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), destinado a promover, nos países membros, a reflexão, a ação e a cooperação internacional nesse campo (DIAS, 1999). Ainda nesse encontro congregando especialistas de 65 países, foi elaborada a Carta de Belgrado, propondo uma nova ética global, visando promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana.

Em 1977, celebrou-se em Tbilisi, na Geórgia, a Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, que constitui, até hoje, o ponto culminante do PIEA, iniciado em Belgrado. De acordo com Dias (1999), as discussões ocorridas em Tbilisi contribuíram para precisar a natureza da Educação Ambiental, definindo seus princípios, objetivos e características e formulando recomendações e estratégias pertinentes aos planos regional, nacional e internacional.

As principais características da Educação Ambiental sob a ótica de Tbilisi são:

- **Processo dinâmico integrativo:** um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir, individual e coletivamente, e resolver problemas ambientais.

- **Transformadora:** possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de

uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.

- **Participativa:** atua na sensibilização e na conscientização do cidadão, estimulando a participar dos processos coletivos.

- **Abrangente:** extrapola as atividades internas da escola tradicional, deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo a família e toda a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.

- **Globalizadora:** considera o ambiente em seus múltiplos aspectos: natural, tecnológico, social, econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral, ético e estético. Deve atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.

- **Permanente:** tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de um modo crescente e contínuo, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, se ganha um aliado para a melhoria das condições de vida do planeta.

- **Contextualizadora:** atua diretamente na realidade de cada comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária (agir localmente, pensar globalmente).

- **Transversal:** propõe-se que as questões ambientais não sejam tratadas em uma disciplina específica, mas sim que permeie os conteúdos, objetivos orientações didáticas em todas as disciplinas.

A Conferência gerou muitas outras reflexões, afinal, todas as recomendações trazem um conjunto de propostas, sendo o caso destas três que se mantêm atuais:

A Recomendação nº 2 indica cinco objetivos: o do conhecimento (que inclui compreensão de problemas e propostas de experiências práticas); o da consciência (no caso, relacionado à sensibilização); o do comportamento (ligado à atitude e motivação para a ação); o das aptidões (ou desenvolvimento de habilidades); e o da participação (que deve ser incentivada).

A Recomendação nº 3 atribui à escola um papel determinante no conjunto da educação ambiental, recomendando uma ação sistemática no primeiro e segundo graus, além da ampliação de cursos superiores relativos ao meio ambiente. E mais: deve-se transformar progressivamente, através da educação ambiental, atitudes e comportamentos para que todos os membros da comunidade tenham consciência das suas responsabilidades na concepção, elaboração e aplicação de programas nacionais ou internacionais relativos ao meio ambiente, contribuindo para a busca de uma nova ética baseada no respeito pela natureza, no respeito pelo homem e sua dignidade e no respeito pelo futuro, bem como na exigência de uma qualidade de vida acessível a todos, com o espírito geral de participação.

A Recomendação nº 12, que trata de “Conteúdo e Métodos”, propõe aos países que dêem às instituições de educação e formação flexibilidade suficiente para possibilitar a inclusão de aspectos da educação ambiental nos planos de estudos existentes, bem como criar novos programas de educação ambiental que atendam as necessidades de um enfoque e uma metodologia interdisciplinar.

Neste contexto, o “Nosso Futuro Comum”, documento publicado pela ONU em 1982 e mais conhecido como Relatório Brundtland, avaliou as situações ambientais do mundo, propondo estratégias para superar os problemas. O principal caminho indicado foi a promoção do “desenvolvimento sustentável”, definido como o modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Esta forma de desenvolvimento requer mudanças bastante significativas na sociedade.

Em 1987, realizou-se a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Moscou, na Rússia, para avaliar os acontecimentos dos últimos 10 anos e para um redirecionamento da Educação Ambiental no mundo. Daí saíram as estratégias internacionais para ações no campo da Educação e Formação Ambiental, para a década de 1990, ressaltando-se a necessidade de fortalecer as orientações de Tbilisi. A ênfase é colocada na necessidade de atender prioritariamente à formação de recursos humanos nas áreas formais e não-formais da Educação Ambiental e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino, bem como na

elaboração de material didático de qualidade, insistindo no estabelecimento de canais fluidos de informação e na necessidade de envolver os meios de comunicação de massa (Pardo, 2002).

A análise das últimas décadas revela que as diferenças sociais e econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos têm aumentado. Segundo Mininni (1997), os fatores globais passaram a influir na definição de políticas nacionais, que perdem força ante as forças econômicas mundiais. A economia dos países em desenvolvimento caracterizou-se por um processo inflacionário, associado ao desemprego crescente, induzindo uma combinação de políticas macroeconômicas que aumenta os problemas sócio-ambientais, com o agravante do processo de deterioração dos recursos naturais, principalmente nos países subdesenvolvidos. Os processos de globalização do sistema econômico aceleram-se, ocorrendo uma redefinição do papel do Estado na economia nacional.

No contexto internacional, a Conferência Rio-92 centrou a grande preocupação nos problemas ambientais globais e nas questões do desenvolvimento sustentável (Mininni, 1997). Delegações oficiais de 179 países se reuniram na Rio-92, constituindo num momento especial também para a evolução da Educação Ambiental. Além dos debates oficiais foram marcantes alguns eventos paralelos, nos quais originaram três documentos que hoje estão entre as principais referências da Educação Ambiental:

- A Agenda 21 foi elaborada com base no compromisso assumido pelos representantes dos países presentes e tem como principal objetivo garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida no século XXI. Todo o Capítulo 36 foi dedicado à "Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento". Este capítulo contém um conjunto de propostas que ratificaram, mais uma vez, as encomendações de Tbilisi, reforçando ainda a urgência em envolver todos os setores da sociedade através da educação formal e não-formal. Além disso, a conscientização e o treinamento são mencionados em outros capítulos, já que estas são necessidades que permeiam todas as áreas.

- O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global aponta para uma Educação Ambiental que: a) seja crítica e inovadora, nas modalidades formal, não-formal e informal e que

busque uma transformação social; b) tenha uma perceptiva holística, relacionando o homem, a natureza e o universo, além de almejar a solidariedade, a igualdade e o respeito através de formas democráticas de atuação; c) valorize as diversas culturas, etnias e sociedades, principalmente os povos tradicionais; e d) crie novos estilos de vida, desenvolvendo uma consciência ética, trabalhando pela democratização dos meios de comunicação de massas e objetivando formar cidadãos.

- A Carta Brasileira para a Educação Ambiental no qual se destacou que, entre outros compromissos, deveria haver a real participação dos poderes públicos federal, estadual e municipal para se cumprir a legislação brasileira, visando a introdução da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, estimulando a participação das comunidades direta ou indiretamente envolvidas com as instituições de ensino e, ainda, estimulando a participação das instituições de ensino superior.

Já em dezembro de 1997, em Thessaloniki, na Grécia, foi realizada a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade. Das reflexões ocorridas durante esse encontro, constatou-se que as recomendações e ações sugeridas nos encontros realizados anteriormente ainda não tinham sido totalmente exploradas e que o progresso observado cinco anos após a conferência Rio-92 foi insuficiente.

Os participantes da Conferência de Thessaloniki reafirmaram as recomendações sobre a Educação Ambiental e as ações propostas nas Conferências Intergovernamentais realizadas anteriormente. No entanto, segundo Dias (1999), as recomendações das conferências anteriores não foram seguidas, visto que os interesses econômicos continuavam prevalecendo, e a educação continua não sendo a prioridade dos governos e da sociedade, estando desvinculada da realidade, da ética e dos valores humanos. Esta deve ser uma preocupação constante de toda a sociedade, ou seja, a busca pela incorporação de valores que possam contribuir para que modificações profundas e necessárias para que a relação entre a sociedade e natureza aconteça de forma equilibrada.

As discussões em um contexto mundial devem continuar a ocorrer, pois, nelas conseguimos que os diversos países exponham não somente sua

opinião sobre este assunto tão complexo, mas possam assumir compromissos reais para mudanças efetivas possam ser implementadas. As diversas nações devem fazer com que a discussão atinja o maior número de membros de suas sociedades, levando a informação para que os processos de tomada de decisão ocorram de forma a realmente demonstrar as ansiedades destas sociedades. Desta forma podemos fazer com que exista uma relação contínua de troca entre as decisões ocorridas em um contexto internacional e aquelas existentes no âmbito local. Esta preocupação se faz presente nos documentos gerados nas grandes discussões mundiais sobre esta temática.

1.3- Educação Ambiental no Brasil

Carvalho (2001) relata que o surgimento do movimento ambientalista no Brasil emerge na década de 1970, no contexto da ditadura militar, em reflexo das discussões ambientais que estavam ocorrendo em todo o mundo. Segundo Dias (1999), no Brasil, até então os setores competentes da Educação não vislumbravam a possibilidade de ações de apoio governamental à Educação Ambiental, quer pelo desinteresse que o tema despertava entre os políticos dominantes, quer pela ausência de uma política educacional definida para o país, como reflexo do próprio momento que atravessava.

Mininni (1997) cita como primeiro documento oficial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a tratar do assunto sob a abordagem recomendada em Tbilisi, o Parecer 226/87, que considerava necessária a inclusão da Educação Ambiental entre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus.

Em resposta às forças das articulações ambientalistas, a Constituição Brasileira de 1988 dedica um capítulo ao meio ambiente e muitos artigos afins, em especial sobre o papel do Poder Público em promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, ficou entendido que a Educação Ambiental deveria constituir-se numa espécie de Coordenadoria

capaz de integrar todas as diretorias da instituição, assegurando a sua presença em todos os campos de atuação (Dias, 1999).

Ainda em 1989, o MEC cria o Grupo de Trabalho para a Educação Ambiental, que toma uma série de iniciativas após a Rio-92, entre elas, em âmbito das superintendências estaduais do IBAMA, os Núcleos de Educação Ambiental (NEA), que iniciam uma série de eventos nos estados, visando a concretização das recomendações da Conferência Rio- 92, através da Portaria 773 de 10/05/93. Esse Grupo de Trabalho passa a ter caráter permanente e tem como finalidade coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implantação da Educação Ambiental nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades (Porto, 1996).

A aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) ocorre em 1994; a responsabilidade do seu desenvolvimento fica a cargo do MEC e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), com a parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O PRONEA ganhou como reforço o Plano Plurianual do Governo 1996/1999, criado pela Lei nº 9.276/96, em que se inclui a promoção da Educação Ambiental, por meio da divulgação e do uso de conhecimento sobre tecnologias de gestões sustentáveis de recursos naturais.

Segundo Trajber e Monzochi (1996), uma ação importante do PRONEA foi o apoio à produção de materiais de Educação Ambiental, entre as suas linhas de ação prioritárias. No entanto, nessa época havia ainda muito poucas iniciativas voltadas para a avaliação de materiais e nenhuma voltada para o monitoramento contínuo da produção.

Foi constatado que os materiais pesquisados no período 1995-1996 foram produzidos por diversos órgãos, sendo importante observar a maior participação dos órgãos municipais; os órgãos federais, universidades/escolas e empresas contribuem com números bem menores (Carvalho, 2001).

Para Carvalho (2001), isso reafirma a trajetória da Educação Ambiental como uma prática que vem primeiramente da gestão ambiental, e só posteriormente, quando essa temática ganha a cena pública na sociedade e interpela o fazer educativo, passa a ser incorporada pelos organismos ligados à política educacional.

De acordo com Trajber e Manzochi (1996), ao que tudo parece indicar, na esfera governamental, a Educação Ambiental é tida como uma questão do meio ambiente e não da educação. Esta é uma situação duplamente preocupante: por um lado, devido à importância da dimensão educacional e pedagógica para o êxito de qualquer programa e ação de educação e por outro, porque os setores educacionais contêm, nos níveis estadual e municipal, o sistema público formal de ensino, em que se encontra a maioria da população escolarizável do país. Soma-se a esse fato a grande carência de materiais voltados para a formação de educadores ambientais. Diante do exposto, observa-se que quem está responsável por educação parece não estar envolvido com Educação Ambiental, pelo menos no que concerne à elaboração e produção de materiais.

Na esfera do MEC, várias ações foram implementadas a partir de 1996, entre elas: cursos de capacitação para formar agentes multiplicadores, que testaram uma nova metodologia como as teleconferências de Educação Ambiental; o surgimento de novas parcerias para produzir e distribuir materiais didáticos; e a divulgação em 1997 dos PCN que, finalmente, deram indicações de como incorporar a dimensão ambiental na forma de tema transversal nos currículos do ensino fundamental. Tal inserção coloca o sistema de educação nacional em concordância com o movimento internacional de reconhecer a importância da Educação Ambiental para a preservação, conservação, recuperação do meio ambiente e para a construção de um desenvolvimento sustentável (Brasil, 1997).

Ao mesmo tempo, iniciou-se a discussão sobre a inserção da Educação Fundamental nos outros níveis de ensino, dentro da perspectiva da nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 9.394/96), que mudou a concepção curricular no ensino formal (Mininni, 1996).

Complementando as ações, é assinado um Protocolo de Intenção ente MMA e MEC, para a cooperação técnica e institucional em Educação Ambiental, levando a realização da I Conferência Nacional de Educação Ambiental - Brasil, 20 anos de Tbilisi, em outubro de 1997 (Dias, 1999). A partir dos relatórios regionais feitos nesse encontro, foi elaborado um importante documento, a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental. Esse

documento foi levado para a Conferência de Thessaloniki, na Grécia, como documento oficial do Brasil sobre a Educação Ambiental.

Em 1999, foi promulgada a lei que estabelece a criação da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei 9.795/99) e constitui no mais recente instrumento legal sobre o tema. Reafirma em seu artigo 10, parágrafo primeiro que: “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”, devendo ser abordada a partir de uma perspectiva inter, trans e multidisciplinar. Tal visão busca a compreensão da complexidade dos problemas ambientais e, ao mesmo tempo, é capaz de propor soluções para os mesmos (Assunção, 1995).

Leonardi (1999) afirma que, apesar de a pretensão quanto à Educação Ambiental ser grande, a clareza é inquestionável. A autora reconhece que em tão breve tempo de vida a Educação Ambiental soube definir o que deseja. Difícil, sem dúvida, é a sua execução.

1.4- Educação Ambiental e Recreação:

A educação ambiental através da recreação consiste em trabalhar de forma lúdica e prazerosa, segundo Pinto (2005) “Brincando, os corpos expressam a ordem interna da vivência lúdica, cujo ritmo e harmonia são construídos pelos jogadores em clima envolvente, que desafia a todos como parceiros: uns assumem-se aos outros e a realidade onde acontece a ação brincante...Viver o lazer como esforço por concretizar o lúdico é, sobretudo, renovar relações interpessoais, experiências corporais, ambientes, temporalidades e energias; é reencontrar consigo mesmo, com o que gosta e deseja; compreender como nossos sonhos se constituem no contexto em que vivemos; transbordar a crítica e a criatividade; é saborear o momento presente como possibilidade de vivências de utopias, ou seja, com alegria, buscar interferir nos horizontes que enunciam o presente.”

A Educação Ambiental está ligada a dois desafios vitais: a questão da perturbação dos equilíbrios ecológicos, dos desgastes da natureza, e a questão da educação. Os desequilíbrios e a educação são heranças de um modelo de desenvolvimento socioeconômico que se caracteriza pela redução da realidade a seu nível material econômico, pela divisão do conhecimento em

disciplinas que fragmentam a realidade, pela redução do ser humano a um sujeito racional, pela divisão das culturas, enfim. O campo da educação e o ambiental encontram-se fortemente marcados por essa ideologia cientificista que se impõe globalmente, em nome de uma racionalidade da ciência moderna, (Tristão, 2005).

Ainda segundo Tristão (2005), “As palavras comuns, freqüentemente utilizadas nos discursos sobre a Educação Ambiental, começam a parecer sem sabor e a soar irremediavelmente falsas e vazias. Sabor e saber têm a mesma raiz etimológica. Precisamos resgatar o sabor do saber que está no desejo de mudar a vida. As linguagens vagas e totalizantes que impregnam os campos do sentido da Educação Ambiental tornam o cotidiano estressante e (des)potencializam as práticas dos sujeitos sociais.” Sobre esse fato, Maturana (1998) nos lembra um mundo em que fosse abolida a expressão “recursos naturais”, em que se compreendesse que todos os processos naturais são cíclicos e, se interrompidos, seu ciclo se acaba. Mas percebemos a racionalidade cognitivo-instrumental ainda fortemente introjetada, traduzindo sentidos utilizados no campo ambiental que enfocam uma transcendência do domínio racional, dando-lhe uma validade universal e independente da prática social cotidiana. Como resposta a uma situação crescente e equivocada de como os problemas globais vêm sendo enfrentados. Assim, os repertórios insistentes em torno dos campos do sentido do termo solidariedade circulam como “elemento decisivo para o futuro da humanidade”, “algo inteiramente novo”, “algo para além de tudo que se pudesse haver imaginado uma década atrás”, “o futuro da humanidade continua promissor se ela tiver a sabedoria de enfrentar os problemas” (Assmann, 2000).

A interação sujeito-meio ambiente na trilha proporciona a aprendizagem como “desenvolvimento interno de representação de uma realidade que é percebida como algo externo e independente do agente cognitivo” (Colom, 2004).

Segundo Colom (2004) “só se aprende se o sujeito é quem cognitivamente consegue, a partir da complexidade, interpretar e ordenar o conhecimento”, deste modo o conhecimento é construído a partir da experiência que o turista vivencia na trilha.

Assim, quando o sujeito é aguçado a “agir” por meio de sua própria interpretação e consegue se relacionar melhor com o ambiente desenvolverá sua percepção que consiste na organização cognitiva das ações acrescentadas às sensações (Piaget, 1973).

A prática de educação ambiental implica a incorporação de valores e atitudes, então na trilha através da experiência do próprio visitante estes valores devem ser potencializados no sujeito (Gómez; Rosales, 2000).

Tendo como fonte os PCN's:

“Educação Ambiental” nos mostra que para os educadores adquirirem consciência sobre as questões ambientais será necessário se envolverem em um aprendizado constante, desenvolvendo valores, atitudes e posturas éticas. Os educadores não devem esquecer de mostrar aos alunos as diferenças entre um ambiente em equilíbrio e degradados. “É importante que eles percebam que constatar algum mal não é motivo de desânimo, mas de mobilização da escola e da comunidade para sua solução”. (pg. 25 – Revista Nova Escola/ Edição Especial)

GINCANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi realizada no Parque Estadual do Guartelá, com todos os visitantes disponíveis a participar e de qualquer faixa etária, sendo assim houve participação de crianças, adultos, universitários, terceira idade.

Dentro do parque existem varias estações monitoradas por voluntários. Para desenvolvimento do projeto utilizamos a estação denominada “sítio”, onde aguardávamos os turistas os quais foram separados por equipes e fizemos uma competição de perguntas e respostas elaboradas em papel cartão, para cada pergunta acertada havia uma pontuação correspondente com valores de 50 a 100 e para cada erro haviam que pagar uma “prenda”, esta poderia ser pontos negativos 10 a 20 ou imitar algum animal, procurar alguma espécie de planta no parque, dançar e etc.

No inicio das atividades foi realizado um alongamento acompanhada pela pesquisadora que é professora de educação física, para facilitar a trilha diminuindo riscos de lesões causadas por entorses.

Durante as brincadeiras sentimos a participação positiva dos turistas, principalmente quando era necessário pagar uma prenda, muitos dançavam, cantavam, imitavam animais, saiam ansiosos a procura de uma determinada espécie de planta ou animal silvestre, o que tornava a gincana divertida e ao mesmo tempo educativa.

Após terminarmos as brincadeiras entregamos um questionário e canetas para que os mesmos avaliassem nosso desempenho, as atividades desenvolvidas e a forma de ensinar educação ambiental por meio da recreação.

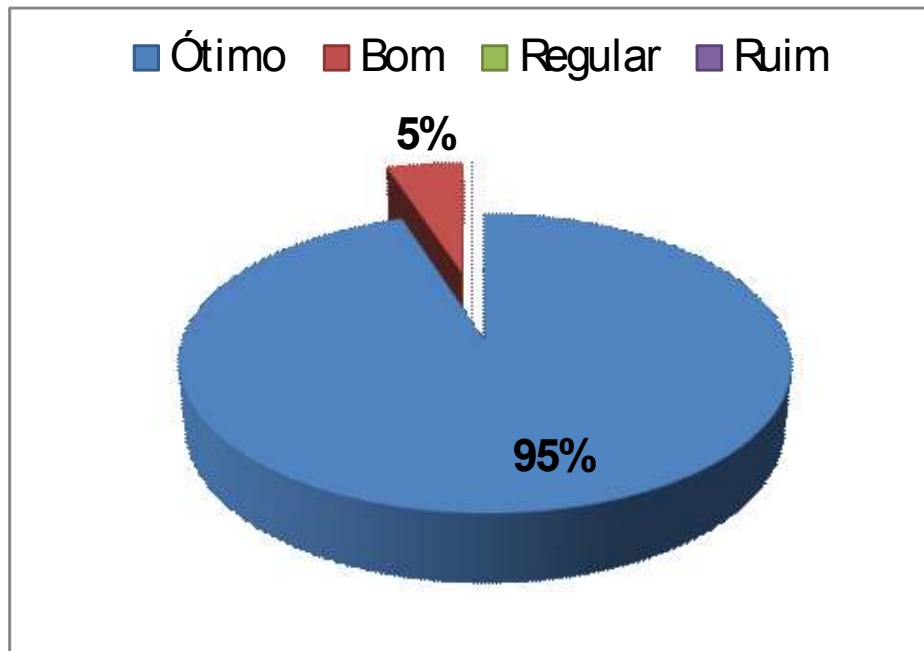
2.2. Resultados e discussões

As atividades desenvolvidas tiveram ótima sintonia com os participantes, elaboramos uma gincana com questões sobre educação

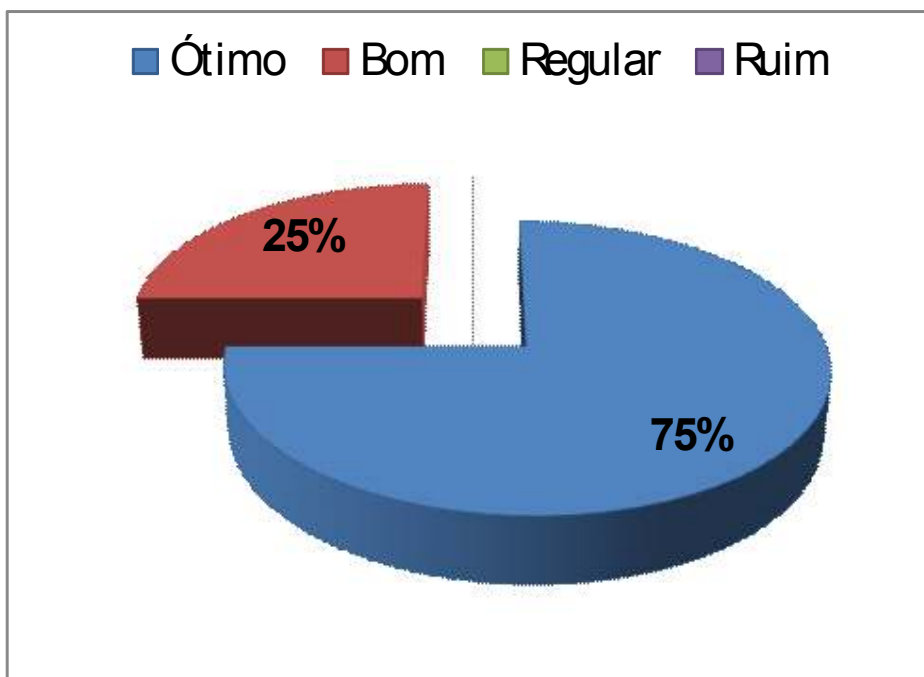
ambiental de modo geral, sobre o histórico do parque, sua fauna e flora ,tivemos a participação de 60 turistas. Os participantes corresponderam as nossas expectativas, aprendendo e brincando.

Abaixo os gráficos correspondentes com a avaliação dos turistas participantes do projeto educação ambiental por meio da recreação:

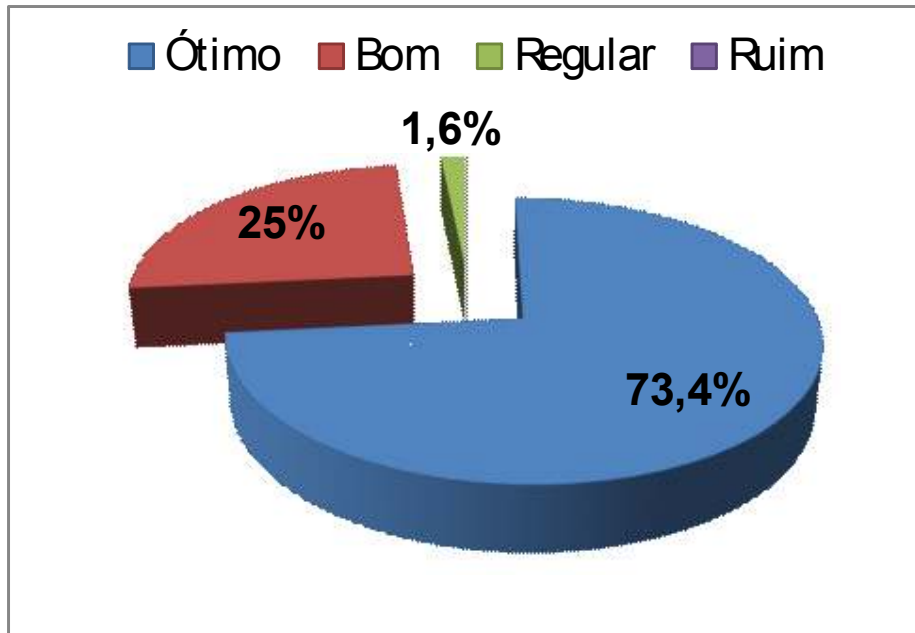
Questão 01 – Como você considera as atividades desenvolvidas?



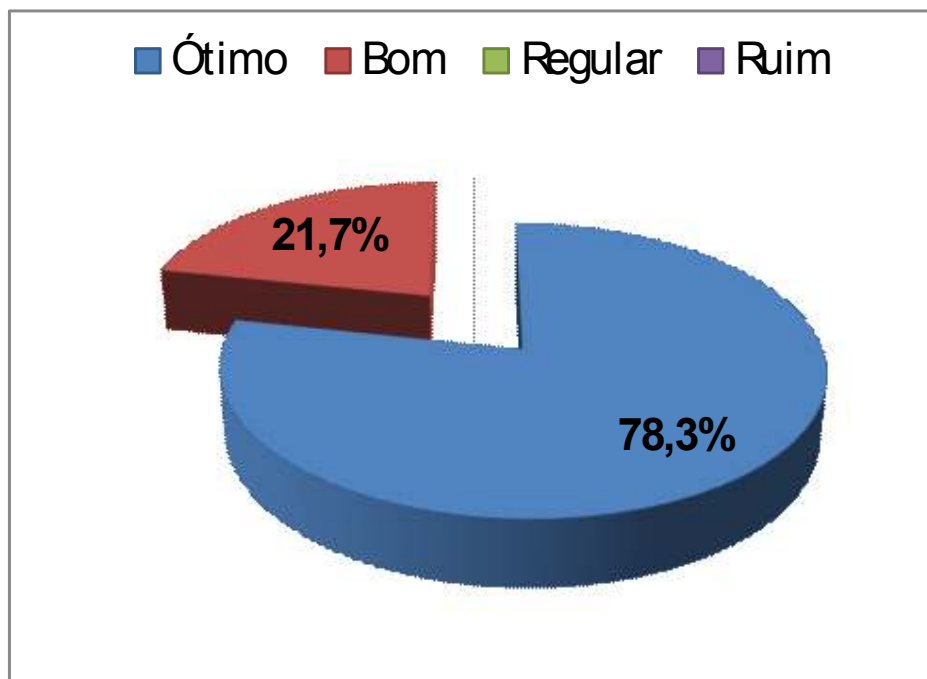
Questão 02 – A forma de trabalhar a educação ambiental através da recreação para você foi...?



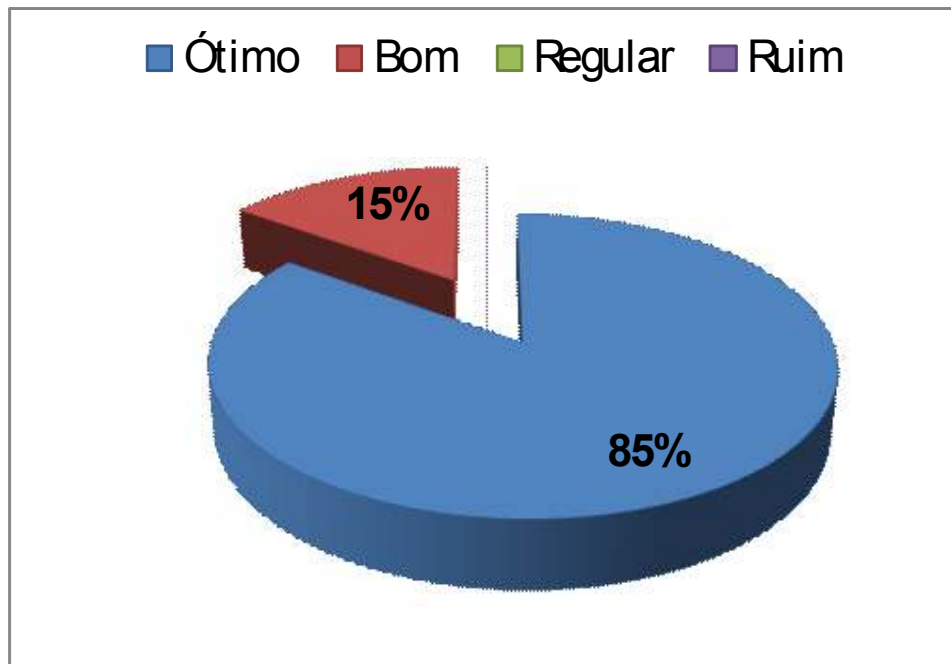
Questão 03 – Como você analisa a recreação desenvolvida?



Questão 04 – O que você acha da idéia de implantar este projeto em outras unidades de conservação?



Questão 05 – Como você avalia as pesquisadoras/monitoras, corresponderam as suas expectativas?



No gráfico 1, como resultado obtivemos que 95% dos participantes consideraram ótimo as atividades desenvolvidas e 5% consideraram boa, as quais foram 10 perguntas feitas a cada equipe sobre o parque em questão, sobre conceitos de educação ambiental e para cada certa marcavam pontos e para as erradas pagavam prenda dançando, cantando ou tendo que procurar uma determinada espécie de planta ou animal lá existente. No gráfico 2, sobre a forma de trabalhar educação ambiental por meio da recreação 75% dos participantes foi considerada ótima e para 25% considerada boa. No gráfico 3, 73,4% avaliaram como ótima a recreação desenvolvida (atividade, perguntas e prendas), 25% bom e 1,6% regular. No gráfico 4 em relação a idéia de implantar este projeto em outras unidades de conservação 78,3% consideraram ótimo e 21,7% consideraram boa. No gráfico 5 sobre a avaliação das monitoras feita pelos participantes 85% corresponderam suas expectativas considerando ótimo, restando 15% que avaliaram como boa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que é através da educação que poderemos mudar o conceito de preservação. No nosso projeto conseguimos observar quão precário é o conhecimento de pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias a respeito da questão ambiental, além disso, moradores próximos não sabem nem ao menos sobre a cultura da própria região.

De modo geral com a aplicação das atividades constatamos que os participantes corresponderam as nossas expectativas, como observamos nos gráficos apresentados.

Podemos ressaltar que é de grande importância nos dias atuais, aplicar a educação ambiental tanto para estudantes como para a sociedade de modo geral, pois é uma forma de conseguir mudar a realidade do descaso, a qual se encontra parte do nosso planeta em relação ao meio ambiente. E com a maneira inovadora, que trabalhamos a educação ambiental a partir da recreação, percebemos que foi bem aceita pelos turistas que também enfatizaram o fato de implantar este projeto em outras unidades de conservação.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. (org). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

COLOM, A. J. A (des) construção do conhecimento pedagógico: novas perspectivas para a educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEMO, P.. Participação e Meio Ambiente: Uma proposta educativa preliminar. Brasília: Secretaria Especial do Meio ambiente, 1985. 50 p.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Going, 1992.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.

Coleção leitura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GÓMEZ, J. G.; ROSALES, J. N. Estrategias didácticas en educación ambiental. Málaga: Aljibe, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Código estadual de Meio Ambiente. Porto Alegre: Secretaria do Meio Ambiente, 2000. 107 p.

GRACIANI, J.S. Ações e estratégias para a atuação na gestão participativa sócio-ambiental. Educação Continuada à distância – NOAL. C – 2003.

GRISI, B. M. Glossário de ecologia e ciências ambientais. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997. 145 p.

IBAMA. Diretrizes de educação ambiental. Brasília: Divisão de Educação Ambiental (DIED), 1995.

ISAIA; E. (org's). Reflexões e Práticas para desenvolver educação ambiental na escola. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000. 98 p.

_____. Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º grau. In: Amazônia: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental. Brasília: IBAMA, 1994.

_____. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, E. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Tradução de Glória Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MINC, C. Educação ambiental. Caderno Cedes, nº 29, 1999.

PEDRINI, A. G. (org). Educação ambiental: Reflexões e Práticas contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

PIAGET, J. Psicologia e Epistemologia: por uma teoria do conhecimento. Tradução de Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PINTO & TRISTÃO. Tecendo os fios da educação ambiental. Disponível em: www.recea.org.br/acervo/arquivos/Tecendo_os_fios_da_complexidade_ambiental.doc

PINTO, J.B.. Contexto e educação. Ijuí: Universidade de Ijuí. Ano 1, nº 2. Abr/Junh. 1986. p. 27-46

QUINTAS, J. S. Seminário sobre a formação da Educação para atuar na gestão ambiental. Anais, 36 p.

REIGOTA; NOAL; BARCELOS. Educação ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In: As tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

RODRIGUES, R. R., H. F. Matas ciliares: Conservação e recuperação. São Paulo: EDUSP, 2000. 320 p.

SCHOLZE, L (org.). Educação Ambiental. Porto Alegre: Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Educação, 2002. 58 p.

SCHUMACHER, M. V. ; HOPPE, J. M. . A complexidade dos ecossistemas. Porto Alegre: Pallotti, 1997.

SOUZA, J.F. Contexto e educação. Ijuí: Universidade de Ijuí. Ano 1, nº 2. Abr/Junh. 1986 . p. 14-26

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa e ação. São Paulo: Cortez, 1985.

WATERHOUSE, P. Geotécnica – Fortalecimento institucional do IBAMA – Cenários de Gestão Ambiental Brasileira. Relatório Final. Brasília, 1992. p. 08

5. ANEXOS



